



Câmara Municipal de Anadia

ACTA N° 09/2010

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

LOCAL: Sala de Reuniões do Edifício dos Paços do Concelho

DATA: 15 de Abril de 2010

INÍCIO: 18 horas e 10 minutos

ENCERRAMENTO: 20 horas e 05 minutos

O EXECUTIVO É CONSTITUÍDO PELOS EXCELENTÍSSIMOS SENHORES:

PRESIDENTE: Prof. Litério Augusto Marques

VEREADORES: Eng.ª Maria Teresa Belém Correia Cardoso (em regime de tempo inteiro)

Dr. Lino Jorge Cerveira Pintado

Eng.º Jorge Eduardo Ferreira Sampaio (em regime de tempo inteiro)

Eng.º Aníbal José Franco Ferreira

Eng.º José Carlos Ventura de Almeida Coelho

Dr.ª Rosa Maria Tomás da Conceição (em regime de tempo inteiro)

A Reunião foi secretariada pelo Chefe de Divisão de Informática, Dr. Jaime Manuel Coelho Maia.

---- Aos quinze dias do mês de Abril de dois mil e dez, reuniu extraordinariamente a Câmara Municipal, eleita para o quadriénio dois mil e nove/dois mil e treze, nesta Cidade e Município de Anadia, na Sala de Reuniões do Edifício dos Paços do Concelho.-----

---- Presidiu esta reunião o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Prof. Litério Augusto Marques, tendo comparecido os Senhores Vereadores, Eng.ª Maria Teresa Belém Correia Cardoso, Dr. Lino Jorge Cerveira Pintado, Eng.º Jorge Eduardo Ferreira Sampaio, Eng.º Aníbal José Franco Ferreira, Eng.º José Carlos Ventura de Almeida Coelho e Dr.ª Rosa Maria Tomás da Conceição.-----

---- Secretariou a reunião o Chefe de Divisão de Informática, Dr. Jaime Manuel Coelho Maia, coadjuvado pela funcionária, Eunice Alexandra Neves Jesus Lopes.-----

---- Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Prof. Litério Augusto Marques, foi declarada aberta a reunião quando eram dezoito horas e dez minutos.-----

ASSUNTOS DA ORDEM DO DIA

---- **ASSUNTOS PARA RESOLUÇÃO:**-----

---- **PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, PROF. LITÉRIO AUGUSTO MARQUES:**-----

---- **1. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, REFERENTES AO EXERCÍCIO DE DOIS MIL E NOVE, BEM COMO APRECIÇÃO DA CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS DE DOIS MIL E NOVE, CONFORME O DISPOSTO NOS ARTIGOS 47.º E 48.º DA LEI Nº 2/2007, DE 15 DE JANEIRO (LEI DAS FINANÇAS LOCAIS), E DO PATRIMÓNIO DO MUNICÍPIO DE ANADIA:**-----

---- Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Prof. Litério Augusto Marques, foram presentes à reunião, para aprovação, os documentos mencionados em epígrafe, elaborados de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro, que se dão como transcritos e são parte integrante desta deliberação, encontrando-se cópia anexa à presente minuta.-----

---- O Senhor Presidente da Câmara começou por fazer a apresentação do documento do Património do Município de Anadia. Sobre o mesmo, disse tratar-se de um documento no qual, de acordo com a lei, tem de vir expresso todo o património do Município. O valor desse Património, acrescentou, é variável e constitui uma variante nas contas do Município.-----

---- Referiu, ainda, tratar-se de um documento que ainda hoje não estará completamente organizado e actualizado, não sabendo se virá alguma vez a estar, em virtude da complexidade do processo. No entanto, reconheceu o esforço que tem sido feito pelos serviços, por tornar o documento mais preciso, na medida em que se trata de um documento que apresenta diversos mapas, com referência aos terrenos, às estradas, aos lotes, às viaturas, etc.-----

---- Antes de concluir, referiu que o documento deve ser considerado como uma inovação, porque embora se tenha iniciado há já alguns anos, só agora começou a ser produzido de forma mais completa, em relação ao que estava a ser apresentado. E, continuou, o mesmo reflecte as contas que tecnicamente se julgam reais, porque, como saberiam, para uns a avaliação pode ter um valor e, para outros, um valor completamente diferente. Por esse motivo, evidenciou o facto de se tratar de uma

discussão técnica, ainda que ao Executivo coubesse uma crítica política.-----

---- De seguida, o Senhor Vereador, Eng.º José Carlos Coelho, concordou com o Senhor Presidente da Câmara quanto ao facto de se tratar de uma questão de bens, o que fazia com que o valor que ele atribuía a algo poderia não ser o mesmo que o Senhor Presidente, por exemplo, atribuiria.-----

---- Entretanto, questionou a que Escola Profissional se referia a participação da Câmara, identificada na página dois, perguntando, mesmo, se essa participação permite a intervenção da Câmara em termos da sua gestão.-----

---- Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara Municipal começou por dar a conhecer ao Senhor Vereador que no mandato anterior tinha sido decidida uma participação da Câmara Municipal, na qualidade de parceira da Escola de Viticultura e Enologia da Bairrada. Assim, explicou que a Escola vinha sendo auto-suficiente, em termos financeiros, mas que ultimamente por dificuldades orçamentais da sua tutela, tanto do Ministério da Educação, mas principalmente do Ministério da Agricultura, a Escola precisou de encontrar parceiros, de entre os quais a Câmara Municipal, para se candidatar a determinados projectos, o que não invalida que a Câmara possa ter uma participação mais activa em circunstâncias mais emergentes.-----

---- Referiu, ainda, que a Câmara Municipal é chamada a participar nas Assembleias da Escola, a qual é gerida por corpos sociais, que reúnem anualmente para apresentar contas aos seus associados/parceiros. Entretanto, adiantou que apesar da Câmara ser parceira, não exerce qualquer influência no aspecto pedagógico-didáctico. Relembrou, no entanto, que em reunião do Executivo Municipal já tinha sido deliberado dar apoio aos alunos provenientes dos PALOP's, colaborando, nomeadamente no apoio às refeições, e até cedido as instalações do Museu do Vinho para a realização de algumas aulas práticas dos cursos ministrados na Escola.-----

---- Prontamente, o Senhor Vereador, Eng.º José Carlos Coelho perguntou ao Senhor Presidente se a Câmara é um parceiro verdadeiramente interessado e interventivo, ou meramente formal, ao que o Senhor Presidente da Câmara respondeu ser um parceiro activo. Considerando que a Câmara deveria prestar um apoio e ter uma intervenção na Escola não tão reduzida e limitada, como lhe parece ser o caso, o Senhor Vereador disse tratar-se de um assunto que deveria ser trazido à colação mais tarde.-----

---- Entretanto, perguntou da nomenclatura dos prédios das Zonas Industriais, nomeadamente dos prédios rústicos, e perguntou, também, se estão integrados ou não nas Zonas Industriais existentes ou aprovadas, ou se virão a fazer parte das mesmas.-----

---- O Senhor Presidente da Câmara Municipal explicou que uns prédios sim, outros não. Informou que estão todos em Espaços Industriais, mas em situações diferentes, ou seja, uns já fazem parte dos loteamentos aprovados e já constituídos como lotes urbanos, e outros irão fazer parte de outros loteamentos quando se reunirem as condições para tal. Esclareceu, ainda, que o que está loteado, em Zona Industrial, deixa de ser prédio rústico e, quando é lote, só aparece com essa designação porque ainda não foi vendido ou feita a respectiva escritura e registo em nome do comprador. A concluir, informou que, de momento, só existem lotes disponíveis na Zona Industrial do Paraimo.-----

---- O Senhor Vereador, Eng.º José Carlos Coelho teceu, ainda, um comentário sobre a reserva da Revisora Oficial de Contas relativamente ao Imobilizado do Município.-----

---- O Senhor Presidente da Câmara Municipal constatou que a vontade da Revisora era coincidente com a vontade da Câmara Municipal, no entanto, não deixou, também, de referir que tal será difícil de ser muito conseguido, porque as avaliações são feitas de acordo com as perspectivas de quem as faz. Referiu, ainda, que existe uma vasta rede de estradas difíceis de avaliar, porque as suas características são completamente diferentes, e os fins para que servem, não existindo, assim, um valor padrão que as avalie.-----

---- Quanto à reserva colocada pela ROC, entende que ela tem de defender o trabalho pelo qual é responsável, reconhecendo que mesmo para a Câmara Municipal, quanto mais exacto fosse o levantamento e respectivo valor dos bens patrimoniais, acrescido aqui de um valor ainda superior, teria um efeito financeiramente mais positivo no resultado final das contas que se apresentam, sendo certo que efectivamente esse valor está ainda abaixo do valor real.-----

---- De seguida, o Senhor Vereador, Dr. Lino Pintado aproveitou a oportunidade da discussão da relação de bens que constituem o património do Município, para manifestar a sua vontade de lá ver incluído, no próximo ano, o Palacete propriedade da Senhora Xara Brasil, o que, para além de ser um sinal de preservação do património, por se tratar de um imóvel de grande valor histórico e patrimonial, principalmente, salvaguardaria a sua preservação. E, sendo propriedade do Município, com certeza que ficaria com outra visibilidade e utilidade, e passaria a ser um espaço aberto ao público.-----

---- O Senhor Presidente da Câmara Municipal em resposta à pretensão do Senhor Vereador disse não ser o momento para a discussão, no entanto, não deixou de referir que essa proposta não estava colocada de parte e que será um assunto a estudar.-----

---- A Senhora Vereadora, Eng.ª Maria Teresa Cardoso recordou que o documento tem vindo a ser melhorado, de forma a corrigir várias situações, quer na avaliação, nas amortizações e na própria descrição do património.-----

---- Afirmou, também, que não existe cadastro rigoroso do património, designadamente em termos de vias, infra-estruturas de águas e saneamento, situações essas que estão contempladas na Reserva da ROC. E acrescentou que tem sido feito um grande esforço no sentido de que essa informação seja o mais completa possível. No entanto, esperam que com as novas aplicações informáticas que irão ser articuladas com o SIG (Sistema de Informação Geográfica) a implementar, se venha a ampliar essa informação, tornando-a mais exacta.-----

---- A Senhora Vereadora, Dr.ª Rosa Tomás, interveio de seguida e referiu que a classificação deste tipo de património é de difícil aferição. No entanto, destacou a quantidade de património imobilizado, que seria, concluiu, o ensejo de muitas outras Câmaras Municipais.-----

---- Concluída a discussão do documento relativo ao Património do Município de Anadia, o Senhor Presidente da Câmara Municipal passou a apresentar o documento da Prestação de Contas referente

ao exercício de dois mil e nove do Município de Anadia. Começou por referir que o mesmo ilustra muito as situações com gráficos e quadros, o que o torna mais explicativo, mas não deixou de referir que, em sua opinião, tem menos explicações, o que o leva a concluir pela necessidade do documento ser mais sintético.-----

---- Não obstante, disse que, no final, o que era discutido era a execução. E, relativamente à execução, referiu ter ficado dentro dos parâmetros habituais, apesar de ter de constatar que as obras normalmente não reflectem o esforço de um ano, o que leva a que haja uma grande discrepância, na medida em que muitas delas são elencadas em despesa. Deu como exemplo, a questão dos concursos ou empreitadas, em que tem de lá estar cabimentado o valor necessário, ou o previsto, para o ano económico, uma situação que, desde logo, cria discrepâncias, porque não é possível a execução corresponder à previsão.-----

---- Apresentou, ainda, a dificuldade, em face da legislação em vigor, em colocar, por vezes de forma clara, a situação do documento, porquanto faz com que os programas de contabilidade disponíveis e implementados no Município não respondam ainda muitas vezes ao que gostariam de apresentar em termos de receita e despesa. De seguida, deu início ao período de intervenções dos membros do Executivo, apresentando-se disponível para prestar qualquer esclarecimento que viesse a ser solicitado.-----

---- Para uma primeira intervenção, tomou a palavra o Senhor Vereador, Dr. Lino Pintado, que começou por referir o que se passa a reproduzir: "Em primeiro lugar, quero registar e congratular pela melhoria na apresentação do presente relatório, o que resulta, decerto, de um maior esforço e melhor trabalho dos profissionais desta casa, permitindo, com isso, uma análise mais transparente e rigorosa.-----

---- Passando agora à análise das contas, constata-se de imediato um deficit de quatro milhões, quatrocentos e dezoito mil, oitocentos e cinquenta e cinco euros (€ 4.418.855,00), no exercício directo. Ou seja, a despesa foi superior à receita neste montante. Gastou-se mais do que aquilo que se recebeu. Só com a transição do saldo da gerência anterior, no valor de cinco milhões, trezentos e sessenta e oito mil, novecentos e vinte e três euros e vinte e um cêntimos (€ 5.368.923,21), considerando o mesmo como receita, é que deixamos de ter deficit e passamos para um ligeiro superavit. Não encaro isso com gravidade, até porque em anos transactos verificou-se o contrário e não sou defensor que uma Câmara tenha que dar lucro, ou melhor, que tenha superavit visto que, o que verdadeiramente importa é dar resposta às necessidades dos munícipes em obediência a uma estratégia de desenvolvimento sempre com rigor, combatendo-se o desperdício e não confundindo o essencial com o acessório. Mas não posso deixar de registar a coincidência de tal facto acontecer em ano de eleições.-----

---- De qualquer forma, o que verdadeiramente interessa é como o dinheiro foi gasto e vislumbrar, se possível, o modelo de desenvolvimento preconizado em tal investimento, e é isso que passo a analisar. E começando pelo resumo do investimento executado nas Grandes Opções do Plano previstas em sede orçamental, continuamos a constatar a discrepância quanto à visão estratégica de

desenvolvimento que nós defendemos. Senão, vejamos o peso exíguo que é atribuído a áreas que entendemos como fulcrais e estruturais para o desenvolvimento do nosso concelho. O Saneamento tem um peso de apenas 3%, quando sabemos que a rede actual do concelho continua muito longe de números minimamente aceitáveis nos dias que correm.-----

---- Registámos, aquando da apresentação do orçamento agora executado, um reforço da verba prevista para este ponto. Agora, constatamos que apenas cerca de metade do previsto, 53,16%, foi executado. Costuma dizer o povo que "de boas intenções está o inferno cheio". O que dizemos é que não interessa tanto o que se promete quando fica tão longe daquilo que se cumpre.-----

---- A Protecção do Meio Ambiente 0%, o que continua a demonstrar a preocupação desta maioria no Executivo quanto ao meio ambiente e os reflexos nefastos deste desleixo que se repercutem na qualidade de vida, não só dos nossos munícipes de hoje, como, também, das gerações vindouras.-----

---- Acção Social apenas 1%, à semelhança do ano passado, o que, em altura de crise, com maior dificuldade se explica.-----

---- Educação apenas 11% e indústria e energia apenas 1%. Quando os 4% do ano transacto gastos no incentivo à indústria, em nossa opinião, significava muito pouco, o que dizer agora com esta descida de 3% no investimento? Não nos esta senão dizer o que há muito temos vindo a dizer, que é evidente que fomos largamente ultrapassados pelos concelhos vizinhos, no que à localização de indústrias criadoras de riqueza e emprego diz respeito. Torna-se cada vez mais urgente a existência de uma estratégia para este sector, que, em minha opinião, passa pela aposta num verdadeiro parque industrial com a dimensão, localização e infra-estruturas adequadas ao incentivo para a fixação de indústria que permita, também, a fixação no nosso concelho dos seus recursos humanos mais qualificados, nomeadamente os mais jovens, que continuam a não ver no seu concelho as oportunidades para uma vida que desejam e pela qual lutaram ao singrarem no aproveitamento escolar.-----

---- Quanto à Cultura, apenas 5%. Continuo a entender que a aposta das Autarquias na cultura é essencial, porque para além de abrir os horizontes das populações, pode muito bem funcionar como um factor de inclusão e igualdade. Agora, que até dispomos de equipamentos colectivos vocacionados para esta área, o que registo com agrado, é necessário perceber que o investimento nos mesmos torna-se despiciendo se faltar a vontade política de os otimizar com projectos que representem uma clara mais-valia, em ordem ao enriquecimento cultural do nosso povo, projectos esses que devem ser afastados de uma visão meramente economicista, outrossim de uma visão de investimento alongo prazo.-----

---- Desporto, Recreio e Lazer é a rubrica que leva a maior fatia do investimento, com 50%, por conta da obra do Velódromo. Ora, aqui está a verdadeira razão par ao deficit destas contas. Acontece que, em minha opinião, o desporto recreio e lazer nunca poderá representar metade do investimento de um Município, a menos que esse Município não tenha carências de outra ordem, o que, claramente, não é o caso. Sempre disse que Velódromo sim, desde que não compromettesse o investimento do Município em outras áreas muito mais prioritárias e que incidem directamente na

qualidade de vida das pessoas. No entanto, é precisamente isso que agora constatamos e, por isso, condenamos. A menos que se justifique por adiantamento de verbas que depois serão repostas pelo Poder Central. Pedia ao Senhor Presidente que explicasse se assim é.-----

---- Quanto à análise da execução orçamental relativa ao exercício de dois mil e nove, constatamos, novamente, a insistência na exiguidade de tal execução, nomeadamente no que ao investimento diz respeito. Esta baixa execução orçamental que, teimosamente, se vem repetindo de alguns anos a esta parte, é preocupante porque, em primeiro lugar, descaracteriza e retira idoneidade aos orçamentos que têm vindo a ser apresentados e aprovados. Na verdade, e como temos vindo a dizer, ao aprovarmos um orçamento do Município de Anadia, já é fácil adivinhar que o investimento ali previsto é bastante superior ao investimento que efectivamente será realizado. Isto como temos vindo a referir repetidamente, retira seriedade ao orçamento e põe a nu a fragilidade da estratégia para a aplicação de verbas que consubstanciem real investimento. Até porque, um determinado orçamento deve corresponder à análise que a maioria no Executivo faz das necessidades do seu Município, conjugada com a disponibilidade financeira que advém das receitas.-----

---- Ora, há algo aqui que continua a falhar clamorosamente. Poderá dizer-se que a receita arrecadada ficou novamente aquém do previsto. Se por um lado tal tem correspondido à verdade, o que só realça a incoerência orçamental a que temos assistido, por outro lado, podemos concluir, após a análise do actual relatório, que a execução orçamental, no que à receita corrente diz respeito, até que não fica muito longe do previsto.-----

---- Assim sendo, não me resta outra alternativa senão concluir novamente pela incapacidade da maioria no Executivo de dar resposta às necessidades que ela própria considerou em sede de orçamento, mesmo considerando que as prioridades previstas não são as mesmas que nós entendemos como essenciais e básicas.-----

---- Convém explicar que as receitas correntes advêm principalmente dos impostos municipais, taxas, multas e das transferências correntes, cabendo a este último ponto a maior fatia, mais de metade do total da receita. Ora, transferências correntes são transferências financeiras do Poder Central para as Autarquias. Isto significa que não é por omissão das transferências que competem ao Governo que a Câmara de Anadia deixou de investir, até porque estas transferências aumentaram comparativamente aos números do ano passado, como já aqui tinham aumentado relativamente aos números de há dois anos. Regista-se, também, que o peso das receitas comunitárias na receita global aumentou de 15% para 17%.-----

---- Mas, passando agora à análise de algumas áreas específicas que concretizam e melhor exemplificam a falta de execução orçamental, no que ao investimento diz respeito.-----

---- Assim, quanto à execução das Grandes Opções do Plano, constatamos que:-----

---- Na Educação, temos uma execução de apenas 32,12%;-----

---- Na Habitação Social, 7,95%;-----

---- Na Protecção Civil e Luta Contra Incêndios, apenas 35,6% do previsto, sendo que o montante gasto circunscreve-se à atribuição de subsídios. No que concerne à limpeza desobstrução de linhas

de água, à construção de barragens e pontos de água, à criação de acessos e arranjos envolventes, aí a execução foi insignificante;-----

---- No Ordenamento do Território, 1,36%;-----

---- No Saneamento, 53,16%;-----

---- Na Protecção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza, 0%, o que confirma o já atrás referido.-----

---- São números esclarecedores e demonstrativos da incapacidade em concretizar os investimentos, mesmo aqueles que consideraram necessários e onde é relevante o desprezo dado a determinadas áreas já citadas.-----

---- Finalmente, constata-se a dificuldade em perceber a ideia de concelho subjacente ao investimento realizado, por não obedecer a um conjunto coerente e esclarecedor que indique o caminho pretendido, seja ele qual for. Assim sendo, e face aos motivos já atrás aduzidos, os Vereadores do PS votam contra."-----

---- Concluída a intervenção do Senhor Vereador, Dr. Lino Pintado, tomou a palavra o Senhor Vereador, Eng.º José Carlos Coelho, para intervir. O Senhor Vereador começou por comentar a questão relativa ao descrito na página trinta e três sobre as Imobilizações corpóreas e o seu aumento na ordem dos 8%, tendo solicitado uma explicação ao Senhor Presidente da Câmara sobre ao que se referia, em concreto, aquela questão.-----

---- Colocou também a questão da diminuição do cash-flow de dois mil e oito para dois mil e nove, perguntando, também, qual seria o montante para ser considerado adequado, ou ainda, qual o valor que o cash-flow deverá atingir para ser considerado elevado.-----

---- Em resposta, o Senhor Presidente da Câmara Municipal referiu que tal é o espelho da contabilidade saudável do Município, libertando um montante que, pela sua actividade, apresenta um valor que demonstra a existência de capacidade de auto financiamento do Município.-----

---- Retomando a palavra, o Senhor Vereador, Eng.º José Carlos Coelho, passou a referir o que a seguir se reproduz: "Esta análise do relatório não é, nem pretende ser exaustiva, nem muito técnica. É, apenas, uma apreciação política, recorrendo a alguns dados contabilísticos, mais relevantes, nele fornecidos.-----

---- Assim, começando pelo rácio das diversas rubricas da página quatro, que pretende demonstrar que estas não sofrem grande alteração, relativamente a dois mil e oito, o que não é muito ilustrativo da realidade, porque, em dois mil e oito, a receita total estava incrementada de um montante de dois milhões e quinhentos mil euros (€ 2.500.000,00) resultantes de um empréstimo, o que prejudicou o rácio anterior. Parece-me que seria mais lógico e claro se os rácios comparassem cada rubrica das receitas correntes com o total da receita corrente e não com o total da receita. Portanto, o que é dito a página oito e que refere um melhor desempenho relativamente a dois mil e oito é, na minha perspectiva, enganador porque o que se verifica é que todas as rubricas, com excepção das Transferências Correntes, canalizadas pelo Poder Central, bem como a rubrica outras receitas correntes, num pequeno montante, descem relativamente a dois mil e oito.-----

---- Por outro lado, nas receitas cobradas localmente - impostos, taxas e multas - há uma redução de 18% relativamente a dois mil e oito. Também os rendimentos de propriedade caem 82%. Porquê?-----

---- Apesar da receita corrente cobrir a despesa corrente, estamos a assistir a uma degradação progressiva deste rácio que, de há três anos para cá diminui, apesar de ter beneficiado de uma redução no montante dos juros pagos, no montante dos subsídios atribuídos. Não obstante este facto, assiste-se a um aumento com a despesa com pessoal em mais de duzentos mil euros (€ 200.000,00). É um tanto incompreensível, a não ser que a natureza das despesas de capital justifiquem este acréscimo. O problema está em saber se é legítimo transferir despesas de pessoal, relativas a investimentos de capital, para despesa corrente, sem saber se é, não só economicamente mas também relativamente à função específica dos trabalhadores da Câmara, rentável.-----

---- E isto leva-nos à conclusão de que a despesa com pessoal, contrariamente ao que se diz nos pontos quatro e cinco da página dezasseis, não diminuiu relativamente aos anos anteriores, pois se usarmos o mesmo denominador comum - total de despesa corrente -, chegamos à conclusão que a despesa com pessoal passou de 33,5%, em dois mil e oito, para 36% em dois mil e nove.-----

---- Passando agora à análise do grau de cobertura global das receitas e das despesas, página dezoito, concluímos, com preocupação, que o rácio despesa total receita total está perigosamente baixo, já com um défice na ordem dos 20%. Prevemos que a solução será a utilização do saldo do exercício anterior, que se for para cobrir despesa corrente não é nada bom. De resto, todos os outros rácios afunilam ou diminuem significativamente.-----

---- No mapa da página vinte verifica-se, para além de outros indicadores preocupantes, que a poupança corrente se tem vindo a degradar, o que reduz a capacidade de operação da Câmara.-----

---- Assistimos, ainda, a uma redução do saldo a transitar para a gerência seguinte, que se reduz de cinco milhões, trezentos e sessenta e oito mil, novecentos e vinte e três euros (€ 5.368.923,00), para novecentos e cinquenta mil euros (€ 950.000,00), o que poderá não ser negativo se, porventura, essa diferença se tivesse traduzido em melhorias para o concelho, o que não vemos muito explícito neste relatório.-----

---- Vemos, também, na página vinte e oito, no mapa Resultados Líquidos do Exercício, que ilustra os resultados negativos que se vêm acentuando, estando já bastante negativos. Estranha-se a avaliação de bom nível que está expressa.-----

---- Relativamente à despesa de capital, nota-se uma diferença significativa de mais do dobro relativamente à receita, doze milhões, novecentos e três mil, trezentos e vinte e dois euros e dez cêntimos (€ 12.903.322,10), contra seis milhões, trezentos e dezanove mil, setecentos e cinquenta e seis euros e trinta e três cêntimos (€ 6.319.756,33), diferença essa aplicada essencialmente no Velódromo, que foi a rubrica com maior execução. Ainda que não contestemos o princípio do aumento da despesa de capital, relativamente à receita, a diferença parece-nos exagerada.-----

---- Não obstante, e apesar disso, constatamos que as percentagens de execução continuam baixas e ao nível dos exercícios anteriores, diferindo, significativamente, quer na receita, quer na despesa previstas. Mais uma vez, as despesas correntes são as mais conseguidas, contrariamente ao que

seria desejável, com uma taxa de execução de 76,07%, mas as despesas de capital, pelo contrário, apresentam uma execução de apenas 49,42%, o que revela a incapacidade desta gestão de cumprir o que planeia. É caso para dizer que continua a ter mais olhos do que barriga. O que não é a atitude mais apropriada a quem tem a responsabilidade de gerir um Município com trinta e dois mil habitantes.-----

---- Registamos o facto de a Câmara manter a sua capacidade de endividamento intacta, não como uma vantagem ou sinal de boa gestão, mas como uma manifestação de alguma falta de ambição deste Executivo, pois recorrer a essa capacidade permite-lhe o uso de recursos para ampliar a sua acção, caso não tenha outros recursos disponíveis, como acontece agora, porque os disponíveis foram afectados, principalmente ao desporto, via Velódromo, com uma concretização de 76,85%, e à cultura, via Biblioteca, com 63,42%.-----

---- Em contrapartida, sectores importantes, porque influenciam a qualidade de vida de toda a população, como águas, resíduos sólidos, ambiente, saneamento, tiveram uma execução global de apenas 48%, tal como as actividades conducentes ao desenvolvimento económico, onde se incluem a rede viária do concelho, tão degradada, o turismo, as zonas industriais e a agricultura, que somente foram globalmente concretizadas em 51,74%.-----

---- Este relatório configura, na nossa opinião, uma gestão pouco equilibrada, em termos de opções estratégicas, e com pouca ambição, que, contrariamente ao que desejaríamos, não podemos apoiar."--

---- Concluída a intervenção do Senhor Vereador, Eng.º José Carlos Coelho, o Senhor Presidente da Câmara Municipal tomou a palavra para prestar os necessários esclarecimentos. Começando pela questão levantada pelo Senhor Vereador, Dr. Lino Pintado, sobre o cumprimento das obrigações por parte do Estado, informou que o Estado ainda não tinha cumprido, mas estava convicto de que iria cumprir as suas obrigações relativamente às obras em curso, na medida em que, e reconhecendo que as dificuldades a todos atingem, existem protocolos firmados. Também não deixou de lembrar, que mesmo agora, o Estado ainda não cumpriu pelo facto de não ter tido orçamento até então, o que contribui, no imediato, para mais um atraso na transferência de verbas para o Município, concluindo que se tal tivesse acontecido no devido tempo, os montantes seriam bem diferentes.-----

---- Lembrou, também, da existência de questões burocráticas sobre lançamento das obras, nomeadamente no que concerne à utilização das plataformas de contratação pública, que obrigam, inclusivamente, à reprogramação física e financeira dos projectos e das candidaturas. O próprio Governo, acrescentou, reconhece a dificuldade relativamente a esta situação.-----

---- Entretanto, também reconheceu, como tinha dito o Senhor Vereador, Dr. Lino Pintado, uma diminuição na receita, mas não deixou de lembrar que o défice é de 9,4%, pelo que não poderiam atribuir só a responsabilidade às Autarquias. E lembrou, inclusivamente, que o próprio Estado já propõe aumentar a execução das obras programadas no âmbito do QREN, por forma a acelerar a própria execução do QREN, face à ineficácia que tem havido até agora na distribuição dos fundos e aprovação das candidaturas.-----

---- Em resposta ao Senhor Vereador, Eng.º José Carlos Coelho, explicou que os rendimentos de

propriedade desceram porque não houve vendas, também porque a actual conjuntura não ajuda. E, concluiu, que não iriam vender abaixo dos valores aceitáveis, só para apresentar um bom plano de execução.-----

---- Continuando a responder ao Senhor Vereador, Eng.º José Carlos Coelho, referiu que o pessoal da Câmara não aumentou. Antes pelo contrário, diminuiu. Isto porque, explicou, o pessoal das AEC's não tem vínculo. Assim, adiantou ter havido diminuição com as despesas de pessoal efectivo e não aumento. O acréscimo que o Senhor Vereador verificou refere-se ao pagamento dos vencimento do pessoal das AEC's, que neste momento, por força da lei, passou do regime a recibo verde para contratos por tempo determinado, que exige ainda à entidade o pagamento de outras despesas, nomeadamente seguros, segurança social, etc..-----

---- Sobre a poupança, também referida pelo Eng.º José Carlos Coelho, reconheceu que a mesma reduziu, porque não houve a recepção das contrapartidas, o que dificulta a gestão financeira, embora com recurso a uma grande ginástica financeira.-----

---- Sobre o que disse o Senhor Vereador, Dr. Lino Pintado, reconheceu que a Câmara, desta vez, não obteve um saldo igual ao anterior, com uma diferença de cinco milhões para um milhão, mas adiantou que tal também se deve ao facto de não terem entrado as receitas devidas pelo Estado, nomeadamente no que se refere ao Velódromo. No entanto, referiu acreditar no Governo, e que o mesmo vai pagando, tendo até agora aceitado a justificação de que não tinha orçamento. Inclusivamente, disse que seria até seu desígnio que o Município fizesse todas as obras tal como foi a do Velódromo, em termos de comparticipação externa. E deu como exemplo a Regeneração Urbana, cuja candidatura mereceu uma menor comparticipação face às taxas aprovadas para o Velódromo, embora, como já tinha referido, pretende, agora, rever a taxa de comparticipação, nomeadamente para esta obra.-----

---- Falou, ainda, da adaptação das candidaturas para o saneamento, com um investimento previsto de doze milhões de euros. Nesse sentido, deu a conhecer que têm proposta uma grande candidatura, apresentada em termos de saneamento, cujos valores tiveram de ser novamente adaptados, por forma a ir de encontro a uma candidatura de sucesso, conforme orientação dada pelos órgãos de gestão do programa, a tal ponto que tiveram de optar por duas candidaturas. Adiantou, relativamente a isso, que os gestores do programa vão alimentando a viabilidade dessa comparticipação, que resolvem pelo adiamento de outras grandes obras do Estado, sendo certo que se tal acontecer, o Município terá definitivamente resolvidos os problemas das redes de saneamento no concelho.-----

---- Seguidamente, interveio a Senhora Vereadora, Eng.ª Maria Teresa Cardoso, que começou por referir que não teria muito mais a dizer para além do que foi discutido e das explicações dadas pelo Senhor Presidente da Câmara. Relativamente aos números e percentagens que tinham sido apresentados, referiu que era evidente que os mesmos podem ser geridos conforme o realce que se quer dar. Mas, porque o que estava em causa era o balanço final, disse importar centrar-se nos quadros da receita e da despesa, onde se regista o equilíbrio financeiro e o princípio da boa gestão

em que as receitas correntes cobrem as despesas correntes.-----

---- Disse, igualmente, verificar que se as despesas de capital superam em 100% as receitas de capital isto porque para além do saldo de gerência anterior ter sido utilizado e reforçado o orçamento inicialmente previsto, ainda houve recurso às verbas provenientes das receitas correntes, uma vez que as receitas de capital, como o Senhor Presidente da Câmara já tinha explicado, tinham ficado aquém do esperado, resultado da dificuldade relativamente ao ressarcimento proveniente do Governo e dos fundos comunitários.-----

---- Registou, ainda, que os principais indicadores continuam positivos e a merecer boa referência e não deixou, também, de realçar a capacidade de endividamento do Município, em 100%, conforme apresentado no documento. Não obstante, afirmou que era salutar a execução alcançada pela maioria no Executivo, face às limitações impostas, continuando a pautar-se pelo referido equilíbrio.-----

---- A Senhora Vereadora, Dr.^a Rosa Tomás, tomou a palavra de seguida para constatar o facto de não haver coincidência entre execução física e execução financeira das obras, o que tornaria o documento em apreço bastante diferente. Referiu, ainda, não ser possível estabelecer uma relação de paralelismo directo entre cash-flow/saúde financeira e acrescentou que uma instituição, pelo facto de ter um cash-flow limitado, não quer dizer que não tenha uma saúde financeira.-----

---- No seguimento, tomou a palavra o Senhor Vereador, Eng.^o Aníbal Ferreira, que começou por referir ter pouco mais a acrescentar ao que já tinha sido dito. No entanto, salientou o facto de existirem condicionantes económicas como das próprias obras que fizemos e concluiu, declarando que, no seu entender, a execução era interessante.-----

---- Por fim, o Senhor Vereador, Eng.^o Jorge Sampaio, também começou por dizer não ter muito mais a comentar para além do que já tinha sido amplamente apresentado. Reforçou o que tinha sido dito e acrescentou que a execução da Câmara Municipal tinha sido muito condicionada por aquilo que é a execução dos fundos comunitários. Nesse sentido, referiu que, estando uma parte das obras da Câmara directamente relacionada com esses fundos, e verificando-se uma baixa execução dos mesmos, nomeadamente do Programa Operacional Regional, tal condiciona directamente a execução das contas das Autarquias.-----

---- Concluído o período de intervenções, o Executivo deliberou, por maioria, com os votos contra dos Senhores Vereadores, Dr. Lino Pintado e Eng.^o José Carlos Coelho, aprovar os documentos de prestação de contas do Município de Anadia, referentes ao exercício de dois mil e nove, e submetê-los à apreciação da Assembleia Municipal, os quais apresentam os seguintes valores:-----

---- Demonstração dos resultados e os Mapas de Execução Orçamental: documentos que evidenciam um total de vinte e um milhões, cento e quarenta e nove mil e dezasseis euros e oitenta e um cêntimos (€ 21.149.016,81), de despesa paga, e um total de dezasseis milhões, setecentos e trinta mil, cento e sessenta e um euros e setenta e nove cêntimos (€ 16.730.161,79), de receita cobrada;---

---- Balanço: documento que evidencia um total de cento e quinze milhões, quatrocentos e setenta e um mil, duzentos e dezoito euros e setenta e nove cêntimos (€ 115.471.218,79), e um total de fundos próprios de setenta e oito milhões, quinhentos e quarenta e sete mil, quatrocentos e trinta e três

euros e sessenta e cinco cêntimos (€ 78.547.433,65), incluindo um resultado líquido negativo de setecentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e catorze euros e treze cêntimos (€ 754.714,13).---

---- Mais deliberou o Executivo, por unanimidade, aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos, nos termos do nº 3, do Artigo 92.º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

---- 2. PROPOSTA - PRIMEIRA REVISÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS, DO EXERCÍCIO DE DOIS MIL E DEZ, DO MUNICÍPIO DE ANADIA:-----

---- Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Prof. Litério Augusto Marques, foi presente à reunião, para aprovação, a proposta referente à primeira revisão dos documentos previsionais, do exercício de dois mil e dez, do Município de Anadia, que se dá como transcrita e é parte integrante desta deliberação, encontrando-se cópia anexa à presente minuta.-----

---- Analisado o documento, o Executivo deliberou, por maioria, com as abstenções dos Senhores Vereadores, Dr. Lino Pintado e Eng.º José Carlos Coelho, concordar com a proposta relativa à primeira revisão dos documentos previsionais do Município de Anadia, referentes ao exercício de dois mil e dez, e submetê-la à aprovação da Assembleia Municipal.-----

---- Mais deliberou o Executivo, por unanimidade, aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos, nos termos do nº 3, do Artigo 92.º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

---- 3. APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DOS DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS, REFERENTES AO EXERCÍCIO DE DOIS MIL E NOVE, BEM COMO APRECIÇÃO DO PATRIMÓNIO DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ANADIA:-----

---- Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Prof. Litério Augusto Marques, foram presentes à reunião, para aprovação, os documentos mencionados em epígrafe, elaborados de acordo com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL), Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro, que se dão como transcritos e são parte integrante desta deliberação, encontrando-se cópia anexa à presente minuta.-----

---- O Senhor Presidente da Câmara começou por fazer a apresentação do documento de Prestação de Contas dos Serviços Municipalizados de Anadia. Sobre o mesmo, disse tratar-se, em sua opinião, de um documento bastante explicativo e, também, muito fácil de analisar.-----

---- Entretanto, referiu que os SMAS continuam a ser uma peça fundamental para o funcionamento da distribuição de água e do próprio saneamento, tratando-se de uma vertente em que a Câmara Municipal não é especialista. Nesse âmbito, disse que têm vindo a utilizar a Câmara como parceira dos SMAS em termos de candidaturas, cabendo ao Município completar a maior parte dos projectos de investimento, e aos SMAS justificar a sustentabilidade das obras.-----

---- Continuando, não deixou de constatar que os Serviços Municipalizados têm uma gestão facilitada, liderada pelo seu Conselho de Administração, o qual não é remunerado, ao contrário de muitas Câmaras, onde se trata de um organismo muito mais autónomo.-----

---- Em termos de poupança com a administração, referiu que têm sido mais exigentes, o que se

traduz num esforço acrescido, em termos de tarefas, para os elementos do órgão administrativo que, como saberiam, são os próprios elementos da Câmara, nomeados para o efeito.-----

---- A terminar, evidenciou o facto dos Serviços Municipalizados gozarem de boa estabilidade, sendo o cash-flow um bom indicador, e concluiu, declarando que lhe parecia que o documento estava bem formulado.-----

---- Colocado o assunto a discussão, o Senhor Vereador, Dr. Lino Pintado, foi o primeiro a intervir, tendo apenas referido que o documento vinha no decurso das contas que têm sido apresentadas relativamente aos Serviços Municipalizados e, ainda que tivesse constatado um ligeiro decréscimo na execução, não o considera muito relevante. Assim, concluiu, declarando que se absteria na votação daquele documento.-----

---- Seguidamente, interveio o Senhor Vereador, Eng.º José Carlos Coelho, que começou por fazer referência ao facto da execução, quer da receita quer da despesa, se apresentar inferior à do ano anterior. E, quanto a essa falha relativamente ao previsto, disse não lhe parecer muito justificável por se tratar de uma gestão standard, pelo que não encontra grande justificação para tal falha.-----

---- Entretanto, destacou o facto da despesa com pessoal, em valores absolutos, se evidenciar mais elevada comparativamente a dois mil e oito. Quanto ao resultado líquido do exercício disse notar-se uma ligeira degradação em relação ao ano anterior, e referiu, também, que considera os montantes elevados, nomeadamente nas despesas de comunicações e de electricidade, acrescentando não saber se haverá alternativas que possam reduzir esse consumo, com motores com maior rendimento, por exemplo.-----

---- Continuando, e relativamente às comunicações com Internet e fax, referiu serem mais acessíveis, pelo que lhe parece uma verba um pouco exagerada, assim como os encargos de cobrança.-----

---- Por outro lado, considerou uma diminuição nas despesas com combustíveis, tendo mesmo questionado se os SMAS não pagavam combustíveis, ao que de imediato o Chefe de Divisão Administrativa e Financeira dos SMAS, presente na reunião, explicou que a maior parte da despesa com combustíveis estava afectada às obras.-----

---- Destacou, ainda, o valor total de água processado e fez referência à necessidade de ser incluída a água que é perdida nas redes, porquanto tem mão-de-obra e uma série de componentes que não estão indexados.-----

---- A concluir, destacou, assim, a importância da necessidade de verificação das perdas, por forma a aferir da conveniência ou não em apostar na substituição das tubagens. E, referiu, ainda, que esse indicador é importante que conste do relatório para verem os valores de perda de água nas redes - quantidade e valorização.-----

---- Prontamente, o Chefe de Divisão explicou que tal não tinha sido apresentado por dois motivos. Primeiro, porque no ano de dois mil e nove tinha havido uma mudança no sistema informático para o acompanhamento do processo de gestão de consumos, o que ainda não permite apresentar dados efectivos de consumos por zonas de captação para a totalidade do ano. Segundo, porque seria

importante para apresentar os valores, poder-se antecipadamente localizar as zonas onde essas rupturas existiram ou existem, o que adiantou que passará por um investimento no sistema de telegestão (já previsto) para aferir a água captada em cada zona e recepcionada em cada depósito e onde se verificam as perdas.-----

---- O Senhor Presidente da Câmara Municipal, de seguida, afirmou que não será assim tão fácil, mesmo com o sistema de telegestão implementado, para o qual adiantou haver já alguns orçamentos, mas ter de ser aberto concurso para a sua aquisição. Referiu, ainda, que progressivamente está a ser substituída a tubagem para assegurar menores rupturas e desperdício de água. Reconheceu, no entanto, ser também uma preocupação da maioria no Executivo, e concordou, igualmente, tratar-se de um indicador que todos deveriam conhecer, ainda que não altere as contas, adiantando, mesmo, estar convencido de que constava do documento.-----

---- Seguidamente, a Senhora Vereadora, Eng.^a Maria Teresa Cardoso, começou por apresentar o seu voto favorável. Entretanto, destacou o facto de as contas serem positivas, e os indicadores favoráveis, ainda que a execução tivesse sido um pouco inferior, comparativamente ao ano anterior. Referiu, no entanto, que pelo facto de ter uma acção complementar à Câmara Municipal, pode baixar em termos de investimento, mas não afecta a sua real execução.-----

---- Quanto às despesas de electricidade que tinham sido referidas, esclareceu tratar-se de um factor que não é fácil baixar, porquanto as redes são cada vez mais extensas, obrigando à existência de estações elevatórias nas redes de água e saneamento, bem como as próprias ETAR's, onde os custos de energia associados aos respectivos sistemas de bombagem são cada vez mais elevados, não havendo outros sistemas que os possam substituir. Contudo, adiantou estarem em análise com os gestores de cliente da EDP os valores associados aos encargos de potência para cada sistema.-----

---- O Senhor Vereador, Eng.^o Aníbal Ferreira, apresentou, igualmente, o seu voto favorável. No entanto, reconheceu que deveria ser desenvolvido um trabalho no sentido de obter um indicador que permita avaliar as perdas na rede.-----

---- Concluído o período de intervenções, o Executivo deliberou, por maioria, com as abstenções dos Senhores Vereadores, Dr. Lino Pintado e Eng.^o José Carlos Coelho, aprovar os documentos de prestação de contas dos Serviços Municipalizados de Anadia, referentes ao exercício de dois mil e nove, e submetê-los à apreciação da Assembleia Municipal, os quais apresentam os seguintes valores:-----

---- Demonstração de resultados: documento que apresenta um total de Proveitos e Ganhos de dois milhões e sessenta e sete mil, trezentos e sessenta e nove euros e setenta e nove cêntimos (€ 2.067.369,79), de Custos e Perdas um milhão, novecentos e dezassete mil e doze euros e noventa e um cêntimos (€ 1.917.012,91), e de Resultados Líquidos Positivos cento e cinquenta mil, trezentos e cinquenta e seis euros e oitenta e oito cêntimos (€ 150.356,88);-----

---- Balanço: documento que apresenta um valor de Activo Líquido de cinco milhões e trinta e quatro mil, cento e dezoito euros e quarenta e quatro cêntimos (€ 5.034.118,44), de Fundos Próprios três milhões, trezentos e noventa e nove mil, novecentos e cinquenta e três euros e oitenta e sete

cêntimos (€ 3.399.953,87) e Passivo um milhão, seiscentos e trinta e quatro mil, cento e sessenta e quatro euros e cinquenta e sete cêntimos (€ 1.634.164,57);-----

---- Execução Anual do Plano Plurianual de Investimentos: documento que apresenta um valor total realizado em dois mil e nove de duzentos e oitenta e cinco mil, cento e quarenta e seis euros e quarenta e cinco cêntimos (€ 285.146,45).-----

---- Foi também deliberado, por maioria, propor, nos termos do nº 2.7.3 do Decreto-Lei nº 54-A/99, de 22 de Fevereiro, a seguinte aplicação dos Resultados Líquidos do exercício de dois mil e nove, no valor de cento e cinquenta mil, trezentos e cinquenta e seis euros e oitenta e oito cêntimos (€ 150.356,88):-----

---- Reservas Legais - Ponto 2.7.3.5 - 5% do Resultado Líquido do Exercício, num montante de sete mil, quinhentos e dezassete euros e oitenta e quatro cêntimos (€ 7.517,84);-----

---- Resultados Transitados - cento e quarenta e dois mil, oitocentos e trinta e nove euros e quatro cêntimos (€ 142.839,04).-----

---- Mais deliberou o Executivo, por unanimidade, aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos, nos termos do nº 3, do Artigo 92.º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

---- **4. PROPOSTA - PRIMEIRA REVISÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS, DO EXERCÍCIO DE DOIS MIL E DEZ, DOS SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ANADIA:**-----

---- Pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, Prof. Litério Augusto Marques, foi presente à reunião, para aprovação, a proposta referente à primeira revisão dos documentos previsionais, do exercício de dois mil e dez, dos Serviços Municipalizados de Anadia, que se dá como transcrita e é parte integrante desta deliberação, encontrando-se cópia anexa à presente minuta.-----

---- Analisado o documento, o Executivo deliberou, por maioria, com as abstenções dos Senhores Vereadores, Dr. Lino Pintado e Eng.º José Carlos Coelho, concordar com a proposta relativa à primeira revisão dos documentos previsionais dos Serviços Municipalizados de Anadia, referentes ao exercício de dois mil e dez, e submetê-la à aprovação da Assembleia Municipal.-----

---- Mais deliberou o Executivo, por unanimidade, aprovar esta deliberação em minuta, para produzir efeitos imediatos, nos termos do nº 3, do Artigo 92.º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.-----

---- **DELIBERAÇÕES - FORMA DE VOTAÇÃO:**-----

---- Todas as deliberações foram tomadas segundo a forma de votação nominal.-----

---- Nada mais havendo a tratar, e tendo sido considerados findos os trabalhos, o Senhor Presidente da Câmara Municipal, Prof. Litério Augusto Marques, declarou encerrada a reunião, quando eram vinte horas e cinco minutos e, de tudo para constar, se lavrou a presente Acta, que eu Jaime Manuel Coelho Maia, Chefe de Divisão de Informática, redigi, subscrevi e assino.-----